

SOROCRED - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E  
INVESTIMENTO S.A.

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016

SOROCRED - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S.A.

Demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balancos patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos  
Acionistas e Administradores da  
Sorocred - Crédito, Financiamento e Investimento S.A.  
Barueri - SP

### Opinião sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis do Sorocred - Crédito, Financiamento e Investimento S.A ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício e semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Sorocred - Crédito, Financiamento e Investimento S.A em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

### Base para opinião sobre as demonstrações contábeis

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A Administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

### Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

### Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

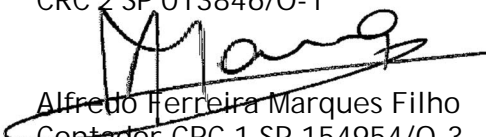


Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 22 de março de 2018.



BDO RCS Auditores Independentes SS  
CRC 2 SP 013846/O-1



Alfredo Ferreira Marques Filho  
Contador CRC 1 SP 154954/O-3



David Elias Fernandes Marinho  
Contador CRC 1 SP 245857/O-3

# SOROCRED - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S.A.

## Balancos patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de reais)

Ativo	Notas	2017	2016
Ativo circulante		443.720	450.749
Disponibilidades	4	4.965	3.501
Aplicações interfinanceiras de liquidez		43.965	62.057
Aplicação em depósitos interfinanceiros	4	43.965	62.057
Titulos e valores mobiliarios		85.584	68.340
Titulos e valores mobiliarios	5	85.584	68.340
Operações de crédito		121.577	156.899
Setor privado	6	157.123	203.806
(Provisão para operações crédito de liquidação duvidosa)	7.a	(35.546)	(46.907)
Outros créditos		174.881	150.054
Diversos	8	176.303	151.887
(Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa)	7.b	(1.422)	(1.833)
Outros valores e bens		12.748	9.898
Outros valores e bens	9	8.457	4.636
Despesas antecipadas	10	5.253	6.568
Provisão para desvalorização outros valores e bens	9	(962)	(1.306)
Realizável a longo prazo		29.493	33.116
Operações de crédito		12.308	32.451
Setor privado	6	12.308	32.451
Outros créditos		17.185	665
Diversos	8	17.185	665
Permanente		598	683
Investimentos		-	13
Imobilizado de uso	11	442	476
Outras imobilizações de uso		3.392	3.624
(Depreciações acumuladas)		(2.950)	(3.148)
Intangível	12	156	194
Ativos intangíveis		1.125	1.758
(Amortizações acumuladas)		(969)	(1.564)
Total do ativo		473.811	484.548

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

# SOROCRED - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S.A.

## Balanços patrimoniais Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Valores expressos em milhares de reais)

### Passivo e patrimônio líquido

	Notas	2017	2016
Passivo circulante		106.400	236.502
Depósitos	13	1.615	34.284
Depósitos a prazo		1.615	34.284
Recursos de aceites e emissão de títulos		593	94.577
Recursos de aceites cambiais	13	593	94.577
Outras obrigações		104.192	107.641
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		213	142
Sociais e estatutárias	14.a	2.750	1.917
Fiscais e previdenciárias	14.b	2.590	11.367
Diversas	14.c	98.639	94.215
Exigível a longo prazo		319.739	201.760
Depósitos	13	151.072	124.282
Depósitos a prazo		151.072	124.282
Recursos de aceites e emissão de títulos		168.003	77.221
Recursos de aceites cambiais	13	168.003	77.221
Outras obrigações		664	257
Diversas	14.c	664	257
Patrimônio líquido	15	47.672	46.286
Capital		24.862	22.945
De domiciliados no País		24.862	22.945
Reserva Legal		4.175	4.169
Reservas de lucros		18.635	19.172
Total do passivo e patrimônio líquido		473.811	484.548

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

SOROCRED - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S.A.

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 e semestre findo em 31 de dezembro de 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto lucro por ação)

	Notas	2017		2016
		2º semestre	Exercício	Exercício
Receitas da intermediação financeira		128.232	244.483	185.439
Operações de crédito		114.012	215.750	165.241
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		6.658	16.001	17.699
Operações de Venda ou Transf.de Ativos Financeiros		7.562	12.732	2.499
Despesas da intermediação financeira		(94.875)	(187.621)	(149.133)
Operações de captação no mercado		(16.171)	(37.226)	(49.336)
Operações de empréstimos e repasses		(68.667)	(92.761)	(37.672)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(10.037)	(57.634)	(62.125)
Resultado bruto da intermediação financeira		33.357	56.862	36.306
Outras receitas/(despesas) operacionais		(26.949)	(50.575)	(31.507)
Receitas de prestação de serviços	16	26.970	49.038	26.182
Despesas de pessoal		(3.595)	(6.490)	(5.294)
Outras despesas administrativas	17	(46.212)	(81.848)	(42.804)
Despesas tributárias	18	(6.723)	(12.421)	(7.708)
Outras receitas operacionais	19	7.449	11.594	5.282
Outras despesas operacionais	20	(4.838)	(10.448)	(7.165)
Resultado operacional		6.408	6.287	4.799
Resultado não operacional		(1.265)	(1.874)	(1.194)
Resultado antes da tributação sobre o lucro		5.143	4.413	3.605
Imposto de Renda e Contribuição Social	21	(1.906)	(867)	(605)
Provisão para Imposto de Renda		8.806	-	(5.580)
Provisão para Contribuição Social		7.055	-	(4.554)
Impostos diferidos		(17.767)	(867)	9.529
Participações nos lucros - empregados		-	(195)	(167)
Lucro líquido do semestre/exercício		3.237	3.351	2.833
Juros sobre capital próprio	15.b	(1.556)	(3.234)	(2.255)
Lucro líquido após Juros sobre capital próprio do semestre/exercício		1.681	117	578
Lucro líquido por ação - em R\$		0,14	0,15	0,12

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.



# SOROCRED - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S.A.

## Demonstrações das mutações do patrimônio líquido (Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	Capital social	Reservas de lucros		Lucros acumulados	Total
			Legal	Outras		
Saldos em 31 de dezembro de 2016		22.945	4.169	19.172	-	46.286
Lucro líquido do exercício		-	-	-	3.351	3.351
Destinações						-
Dividendos/juros sobre o capital próprio	15.c	-	-	(648)	(3.234)	(3.882)
Aumento de capital	15.c	1.917	-	-	-	1.917
Retenção de lucros		-	6	111	(117)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2017		24.862	4.175	18.635	-	47.672
Saldos em 30 de junho de 2017	15.a	22.945	4.169	19.172	(1.564)	44.722
Lucro líquido do semestre		-	-	-	3.237	3.237
Destinações						
Ajuste de períodos anteriores					-	-
Dividendos/juros sobre o capital próprio		-	-	(648)	(1.556)	(2.204)
Aumento de capital	15.c	1.917	-	-	-	1.917
Retenção de lucros		-	6	111	(117)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2017		24.862	4.175	18.635	-	47.672

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

# SOROCRED - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S.A.

## Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 e semestre findo em 31 de dezembro de 2017

(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	2017		2016
		2º semestre	Exercício	Exercício
Lucro líquido ajustado		12.043	(16.281)	(49.429)
Lucro líquido do semestre/exercício		3.237	3.351	2.833
Ativo fiscal diferido	7	18.678	37.663	9.529
Depreciações e amortizações		165	339	334
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	8	(10.037)	(57.634)	(62.125)
<b>Variação de ativos e obrigações</b>		<b>(8.306)</b>	<b>19.960</b>	<b>51.501</b>
(Aumento)/ redução em aplicações interfinanceiras de liquidez		(4.330)	18.091	(28.075)
(Aumento)/ redução em títulos e valores mobiliários		(15.824)	(17.244)	(44.920)
(Aumento)/ redução em operações de crédito		57.040	113.099	107.022
(Aumento)/ redução em outros créditos e outros valores e bens		(37.713)	(44.198)	(80.343)
Aumento/ (redução) em depósitos		(29.128)	(5.878)	50.128
Aumento/ (redução) em recursos de aceites cambiais		19.707	(3.203)	16.033
Aumento/ (redução) em outras obrigações		1.942	(40.707)	31.656
<b>Caixa líquido proveniente das atividades operacionais</b>		<b>3.737</b>	<b>3.679</b>	<b>2.072</b>
Baixas/ (aquisição) de imobilizado de uso		(48)	(252)	(224)
<b>Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de investimentos</b>		<b>(48)</b>	<b>(252)</b>	<b>(224)</b>
Juros sobre o capital próprio		(1.556)	(3.234)	(2.255)
Dividendos		(646)	(646)	-
Aumento de Capital		1.917	1.917	2.242
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento</b>		<b>(285)</b>	<b>(1.963)</b>	<b>(13)</b>
<b>Aumento / (redução) líquido no caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>3.404</b>	<b>1.464</b>	<b>1.835</b>
No início do semestre/exercício		1.561	3.501	1.666
No final do semestre/exercício		4.965	4.965	3.501
<b>Aumento / (redução) líquido no caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>3.404</b>	<b>1.464</b>	<b>1.835</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

1. Contexto operacional

A Sorocred - Crédito, Financiamento e Investimento S.A. ("Instituição"), iniciou suas atividades em 02 de maio de 2002. Em 27 de abril de 2010, foi recebida a aprovação do Banco Central do Brasil (BACEN) para transformação em instituição financeira, cujas atividades neste novo formato iniciaram em 01 de junho de 2010, sendo o objeto a realização de operações de crédito, financiamento e investimento, bem como, a prática de todas as operações permitidas às instituições financeiras de sua natureza.

2. Base de apresentação e elaboração das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais levam em consideração as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações - Lei nº 6.404/1976, alteradas pelas Leis nº 11.638/2007 e 11.941/2009, e a partir de 1º de julho de 2010, as normas do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN).

Foram adotados, para fins de divulgação, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), homologados pelos órgãos reguladores relacionados ao processo de convergência contábil internacional, que foram aprovados pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e Banco Central do Brasil (BACEN) e estão consubstanciados no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF).

As demonstrações contábeis da Instituição foram aprovadas pela Administração em 22 de março de 2018.

3. Resumo das principais práticas contábeis

3.1. Caixa e equivalentes de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e estão apresentadas de acordo com a Resolução do Conselho Monetário Nacional (CMN) nº 3.604/2008, que aprovou o Pronunciamento Contábil CPC 03 "Demonstração dos fluxos de caixa", emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), sendo caixa e equivalentes de caixa os saldos de disponibilidades, aplicações interfinanceiras de liquidez imediatamente conversíveis e títulos e valores mobiliários, ou com prazo original igual ou inferior a 90 dias.

### 3.2. Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são apresentadas pelo valor de aplicação, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

### 3.3. Títulos e valores mobiliários

Conforme estabelecido pela Circular nº 3.068/2001 do Banco Central do Brasil (BACEN), os títulos e valores mobiliários são avaliados e classificados da seguinte forma:

- Títulos para negociação: são adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;
- Títulos disponíveis para venda: são aqueles que não se enquadram como para negociação ou como mantidos até o vencimento, são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzido dos efeitos tributários;
- Títulos mantidos até o vencimento: são aqueles para os quais há a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, são avaliados pelos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

### 3.4. Operações de crédito

As operações pré-fixadas foram registradas pelo valor do principal, acrescido dos rendimentos decorridos até as datas dos balanços patrimoniais. As rendas sobre os títulos descontados são apropriadas pro rata dia pelo método linear e as demais rendas de operações de crédito são apropriadas pro rata dia pelo método exponencial.

### 3.5. Provisão para créditos de liquidação duvidosa

As operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução do Conselho Monetário Nacional (CMN) nº 2.682/1999, que requer análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo).

O resultado nas operações de crédito cedidas é registrado no resultado do exercício, na data da realização destas operações. A provisão para créditos de liquidação duvidosa relativa às operações de crédito cedidas com coobrigação é calculada de acordo com as mesmas diretrizes estabelecida pela Resolução do Conselho Monetário Nacional (CMN) nº 2.682/1999 para as operações de crédito ativas. A provisão para créditos de liquidação duvidosa, considerada pela Administração como suficiente, atende aos critérios estabelecidos pela Resolução nº 2.682/1999.

### 3.6. Outros valores e bens

Representados substancialmente por bens não de uso próprio recebidos em dação em pagamento disponíveis para venda. São ajustados ao valor de mercado quando este for menor que o custo contabilizado, por meio de constituição de provisão para desvalorização.

### 3.7. Despesas antecipadas

São gastos relativos às aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos futuros, sendo esses gastos apropriados ao resultado no período de geração dos benefícios futuros. Este grupo é representado basicamente, por comissões pagas a parceiros.

### 3.8. Investimentos - outros

A Rubrica "Outros investimentos" é demonstrada ao custo de aquisição.

### 3.9. Imobilizado de uso

O imobilizado é demonstrado ao custo de aquisição, líquido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear de acordo com as taxas mencionadas na nota explicativa nº 9. As depreciações e amortizações são calculadas pelo método linear, com base nas seguintes taxas anuais: móveis e utensílios, sistemas de comunicações e instalações - 10% e sistemas de processamento de dados e veículos - 20% ao ano.

### 3.10. Intangível

Conforme disposto na Resolução CMN nº 3.642/2008 do BACEN, os ativos intangíveis devem corresponder aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da atividade da Instituição ou exercidos com esta finalidade.

Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico, conforme Carta-circular nº 3.357/2008 do BACEN. O saldo do intangível corresponde substancialmente aos gastos com aquisição e desenvolvimento de logiciais (softwares), e está demonstrado ao custo de aquisição, líquido da respectiva amortização acumulada, calculada pelo método linear à taxa de 20% ao ano.

3.11. Redução do valor recuperável de ativos não financeiros (teste de impairment)

A revisão do valor contábil líquido dos ativos tem o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando estas evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, deve ser constituída provisão para deterioração, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

3.12. Depósitos, recursos de aceites e empréstimos

As operações de captações a prazo, pré-fixados, estão atualizadas e demonstradas pelo valor principal, acrescido dos encargos decorridos até as datas dos balanços patrimoniais e as captações a prazo, pós-fixados, são atualizados pró-rata dia até as datas dos balanços.

3.13. Imposto de Renda e Contribuição Social

A provisão para imposto de renda é calculada à alíquota de 15%, com um adicional de 10% sobre o lucro anual tributável excedente a R\$ 240, ajustado pelas adições e exclusões previstas na legislação. A contribuição social apurada sobre o lucro ajustado na forma da legislação em vigor é calculada à alíquota de 15% no período compreendido entre 01 de janeiro de 2015 e 31 de agosto de 2015 e de 20% entre 01 de setembro de 2015 e 31 de dezembro de 2018, de acordo com a Lei nº 13.169/2015.

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social são calculados sobre as diferenças temporárias na base de cálculo destes tributos, sendo os seus efeitos registrados na rubrica "Outros créditos - diversos" com reflexo no resultado do período, são realizados quando da utilização e/ ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos.

Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observando o limite de 30% do lucro real do período-base. Esses créditos tributários são reconhecidos contabilmente baseados nas expectativas atuais de realização, as quais são revistas periodicamente considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração da Instituição.

Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.

#### 3.14. Estimativas contábeis

As demonstrações contábeis incluem estimativas e premissas, como a mensuração de provisões para créditos de liquidação duvidosa com operações de crédito, estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros, provisões para passivos contingentes, estimativas da vida útil de determinados ativos e outras similares. Os resultados efetivos podem ser diferentes dessas estimativas e premissas.

#### 3.15. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais estão consubstanciadas na Resolução do Conselho Monetário Nacional (CMN) nº 3.823/2009, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC nº 25 e Carta-circular nº 3.429/2010 do Banco Central do Brasil (BACEN) e são as seguintes:

- Ativos contingentes: são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa;
- Passivos contingentes: são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são divulgados, e aqueles não mensuráveis com suficiente segurança e como de perdas remotas não são provisionados e/ ou divulgados; e
- Obrigações legais: são registradas como exigíveis, independente da avaliação sobre as probabilidades de êxito.

3.16. Outros ativos e passivos circulantes, realizáveis e exigíveis a longo prazo

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômico-futuros serão gerados em favor da Instituição e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Instituição possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridas. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 (doze) meses. Caso contrário, são demonstrados como realizáveis e exigíveis a longo prazo.

3.17. Apuração do resultado

As receitas e despesas são registradas de acordo com o regime de competência. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério pro rata dia e calculadas com base no método exponencial. As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 (sessenta) dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.

3.18. Lucro por ação

É calculado com base na quantidade de ações em circulação do capital integralizado na data do balanço.

3.19. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis são apresentadas em reais, moeda funcional e de apresentação da Instituição.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	2017	2016
Disponibilidades	4.965	3.501
Aplicações interfinanceiras de liquidez (a)	43.965	62.057
<b>Total</b>	<b>48.930</b>	<b>65.558</b>

(a) São registrados ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidos de provisão para desvalorização, quando aplicável.



SOROCRED - CRÉDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016  
(Em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

5. Títulos e valores mobiliários

	2017	2016
Livres		
LFT - Vencimento 01/03/2018	1.346	1.064
LFT - Vencimento 01/09/2018	-	7.107
LFT - Vencimento 01/03/2020	2.553	1.577
LFT - Vencimento 01/09/2021	1.049	-
LFT - Vencimento 01/03/2022	5.068	-
Cotas subordinadas FIDC	18.595	18.171
Fundos de Renda Fixa	6.705	-
Vinculados a Prestação de Garantias		
LFT - Vencimento 01/03/2018	4.354	4.119
LFT - Vencimento 01/09/2018	24.016	14.729
LFT - Vencimento 01/03/2020	9.144	9.051
LFT - Vencimento 01/09/2021	12.754	12.522
Total	<u>85.584</u>	<u>68.340</u>

Os títulos e valores mobiliários classificados na categoria "para negociação" são apresentados no ativo circulante, independentemente do prazo de vencimento.

6. Operações de crédito

As informações da carteira de operações de crédito em 31 de dezembro de 2017 e 2016 são assim sumariadas:

a) Composição da carteira de operações de crédito por modalidade de operação

	2017	2016
Setor privado		
Capital de giro	4.615	11.716
Crédito consignado - privado	329	477
Crédito pessoal	34.595	51.702
Cartão de crédito - rotativo	63.969	59.097
Financiamentos - cartão de crédito parcelado	23.181	21.047
Financiamentos - veículos	42.327	88.840
Financiamentos - outros bens	417	3.326
Títulos descontados	-	52
Total	<u>169.431</u>	<u>236.257</u>
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	<u>(35.546)</u>	<u>(46.907)</u>
Curto prazo	157.123	203.806
Longo prazo	12.308	32.451

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016  
(Em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

b) Diversificação da carteira por segmento de mercado

Setor privado	2017	%	2016	Valor (%)
Indústria	47	-	110	-
Comércio	6.968	4	17.353	7
Serviços	1.841	1	4.550	2
Pessoas físicas	160.575	95	214.244	91
Total	169.431	100	236.257	100

c) Diversificação da carteira por vencimento (por parcelas)

	2017	%	2016	%
Vencidas a partir de 15 dias	84.678	50	105.945	45
A vencer até 03 meses	44.010	26	53.262	22
A vencer de 03 a 12 meses	28.436	17	44.599	19
A vencer de 01 a 03 anos	12.013	7	29.917	13
A vencer acima de 03 anos	294	-	2.534	1
Total	169.431	100	236.257	100

d) Diversificação bruta da carteira por nível de concentração

	2017	%	2016	%
10 maiores devedores	4.355	3	9.741	4
50 seguintes maiores devedores	3.902	2	5.908	2
100 seguintes maiores devedores	6.328	4	8.296	4
Demais devedores	154.846	91	212.312	90
Total	169.431	100%	236.257	100

7. Provisão para créditos de liquidação duvidosa

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o risco da carteira de clientes estava assim distribuído:

a) Operações de crédito

Nível de risco	% - Provisão	2017		2016	
		Total da carteira	Provisão	Total da carteira	Provisão
A	0,5	80.450	401	130.779	645
B	1	12.055	120	11.760	118
C	3	14.242	427	17.338	520
D	10	11.996	1.200	11.903	1.190
E	30	15.280	4.584	14.112	4.233
F	50	8.499	4.250	14.265	7.132
G	70	7.817	5.472	10.102	7.071
H	100	19.092	19.092	25.998	25.998
	Total	169.431	35.546	236.257	46.907

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016  
(Em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

## b) Outros créditos - titulares de cartão de crédito

Nível de risco	% - Provisão	2017		2016	
		Total da carteira	Provisão	Total da carteira	Provisão
AA	0,0	-	-	4	-
A	0,5	144.778	722	113.679	576
B	1	3.149	31	2.046	20
C	3	1.503	45	1.140	34
D	10	154	15	470	47
E	30	102	31	523	157
F	50	47	24	359	180
G	70	30	21	207	145
H	100	533	533	674	674
	Total	150.296	1.422	119.102	1.833

## c) Movimentação da provisão

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a provisão para créditos de liquidação duvidosa apresentou a seguinte movimentação:

	Operações de crédito	Outros créditos - cartão
Saldo em 31/12/2016	(46.907)	(1.833)
Aumento/(-) reversão da provisão	(38.693)	(32.529)
Créditos baixados	50.054	32.940
Saldo final	(35.546)	(1.422)
Recuperação no período	12.770	1.348

A provisão para créditos de liquidação duvidosa está constituída na quantia considerada suficiente pela Administração para cobrir as perdas prováveis na realização dos créditos.

As operações de crédito contam, invariavelmente, com garantias de avais, fianças, alienação fiduciária de veículos, imóveis e outros bens.

SOROCRED - CRÉDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016  
(Em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

8. Outros créditos - diversos

	2017			2016		
	Curto prazo	Longo prazo	Total	Curto prazo	Longo prazo	Total
Adiantamentos salariais	29	-	29	47	-	47
Adiantamento Nossa Conta	483	-	483	-	-	-
Cheques a receber	3	-	3	53	-	53
Crédito tributário (21.c)	4.245	16.982	21.227	22.094	-	22.094
Devedores por dep. garantia	-	203	203	-	665	665
Imposto de renda a compensar	8.422	-	8.422	3.921	-	3.921
Contr. social s/ lucro líquido	6.743	-	6.743	3.068	-	3.068
ISS a compensar	-	-	-	958	-	958
Outros Impostos a Compensar	72	-	72	-	-	-
Impostos a Recuperar	-	-	-	3	-	3
Part. Pagas Antecipadamente	2.706	-	2.706	146	-	146
Títulos/ créditos a receber Com caract. conc. de crédito (Nota Explicativa nº 7.b)	150.287	-	150.287	119.102	-	119.102
Sem caract. conc. de crédito	246	-	246	226	-	226
Valores a receber - soc. Ligadas	1.180	-	1.180	581	-	581
Devedores diversos - País	1.887	-	1.887	1.668	-	1.688
<b>Total</b>	<b>176.303</b>	<b>17.185</b>	<b>193.488</b>	<b>151.867</b>	<b>665</b>	<b>152.532</b>

9. Outros valores e bens

	2017	2016
Bens não de uso próprio	8.250	4.480
(-) Provisão para desvalorização outros valores e bens	(962)	(1.306)
Outros	207	156
( = ) Saldo final	<b>7.495</b>	<b>3.330</b>

10. Despesas antecipadas

	2017	2016
Comissões antecipadas	4.750	6.217
Outras despesas antecipadas	503	351
( = ) Saldo final	<b>5.253</b>	<b>6.568</b>

SOROCRED - CRÉDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016  
(Em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

11. Imobilizado de uso

	% - Taxa anual de depreciação	Custo	Depreciação acumulada	2017	2016
Instalações	20%	176	(176)	-	39
Máquinas e equipamentos	10%	962	(747)	215	134
Processamento de dados	10%	2.157	(1.935)	222	282
Sistema de comunicação	10%	88	(84)	4	19
Sistema de segurança	10%	9	(8)	1	2
Benfeitorias em imóveis de terceiros	25%	-	-	-	-
<b>Total</b>		<b>3.392</b>	<b>(2.950)</b>	<b>442</b>	<b>476</b>

12. Intangível

	% - Taxa anual de amortização	Custo	Amortização acumulada	2017	2016
Software - intangível	20%	1.125	(969)	156	194
<b>Total</b>		<b>1.125</b>	<b>(969)</b>	<b>156</b>	<b>194</b>

13. Depósitos e recursos de aceites e emissão de títulos

a) Composição por vencimento

	2017			2016
	Depósitos a prazo DPGE/RDB	Letras de Câmbio	Total	Total
Vencimentos				
Até 03 meses	383	351	734	36.028
De 03 a 12 meses	1.232	242	1.474	92.833
De 01 a 03 anos	151.072	168.003	319.075	201.503
<b>Total</b>	<b>152.687</b>	<b>168.596</b>	<b>321.283</b>	<b>330.364</b>
Curto prazo	1.615	593	2.208	128.861
Longo prazo	151.072	168.003	319.075	201.503

b) Composição por segmento de mercado

	2017			2016
	Depósitos a prazo DPGE/RDB	Letras de Câmbio	Total	Total
Partes relacionadas	5.554	-	5.554	12.847
Pessoas físicas	33.123	32.628	65.751	57.430
Pessoas jurídicas	114.010	135.968	249.978	260.177
<b>Total geral</b>	<b>152.687</b>	<b>168.596</b>	<b>321.283</b>	<b>330.364</b>

c) Concentração por depositante

	2017	2016
--	------	------

SOROCRED - CRÉDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016  
(Em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

Concentração	Depósitos a prazo	Letras de	Total	Total
	DPGE/RDB	Câmbio		
10 maiores	35.307	24.080	59.387	198.820
50 seguintes maiores	44.356	38.650	83.006	72.029
100 seguintes maiores	24.775	33.992	58.767	33.141
Demais seguintes maiores	48.249	71.874	120.123	26.374
Total	152.687	168.596	321.283	330.364

14. Outras obrigações

a) Sociais e estatutárias

	2017	2016
Juros sobre capital próprio constituído, líquido de IRRF	2.750	1.917
Total	2.750	1.917

b) Fiscais e previdenciárias

	2017	2016
Provisão para impostos e contribuições sobre o lucro	15	10.134
Impostos e contribuições a recolher	2.575	1.233
Total	2.590	11.367

c) Diversas

	2017	2016
Obrig. por venda ou transferência de ativos financeiros		
(i)	19.560	21.509
Provisão para pagamentos a efetuar	535	378
Passivos contingentes (ii)	664	258
Outras (iii)	78.544	72.327
Total	99.303	94.472
Curto prazo	98.639	94.215
Longo prazo	664	257

(i) Obrigações por venda ou transferência de ativos financeiros

Referem-se ao valor presente das cessões de operações de crédito, com retenção substancial de risco e benefícios em conformidade com a carta circular 3.360 de 18 de dezembro de 2008 e Resolução BACEN nº 3.533 de 31 de dezembro de 2008.

SOROCRED - CRÉDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016  
(Em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

Vencimentos	2017		
	Carteira cedida	Despesas a apropriar	Carteira líquida
Até 03 meses	20.695	(1.135)	19.560
Total	20.695	(1.135)	19.560

(ii) Provisão para demandas judiciais

Durante o curso normal de seus negócios, a Instituição está exposta a certas contingências e certos riscos. A provisão para contingências é estabelecida por valores atualizados, para questões cíveis em discussão nas instâncias administrativas e judiciais, com base nas opiniões dos seus consultores jurídicos, para os casos em que a perda é considerada provável. Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, as contingências provisionadas estão relacionadas a processos cíveis, e estão demonstradas a seguir:

Descrição	2017	2016
Processos cíveis	664	257
Total	664	257

Como consequência do andamento destes processos e para fazer face às prováveis perdas, a Instituição possui depósitos judiciais no montante de R\$ 203 (R\$ 665 em 2016).

A movimentação da provisão para demandas judiciais no balanço patrimonial e o seu correspondente efeito no resultado do semestre pode ser assim demonstrada:

Descrição	2017	2016
Saldo inicial	257	256
(+/-) Provisões/Realizações	407	1
(=) Saldo final	664	257

Perdas possíveis

A Instituição possui ações de natureza trabalhista, tributária e cível envolvendo riscos de perda classificados pela Administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, para as quais não há provisão constituída, conforme composição a seguir:

Descrição	2017	2016
Processos trabalhistas	225	440
Processos cíveis	439	115
Processos tributários (a)	-	2.694
Total	664	3.249

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016  
(Em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

---

- (a) Em 31 de dezembro de 2016, refere-se discussões judiciais decorrentes dos seguintes assuntos:

Processos Administrativo nº 16327.721.210/2014-04, decorrente da divergência na apuração da COFINS em maio de 2002 a fevereiro de 2004, no montante de R\$1.797 e multa isolada - DCOMP no montante de R\$ 896.

Outras perdas possíveis

Adicionalmente, a Instituição possui processo administrativo fruto de auto de infração (decorrente de MPF-F 08.1.66.00-2009-00045-7) lavrado pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, com o objetivo de formalizar crédito tributário relativo ao suposto não recolhimento de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS no último trimestre dos anos-base de 2005 e de 2006.

Em 28 de abril de 2011 a Instituição apresentou a impugnação administrativa, e em 13 de agosto de 2012, impetrou o recurso voluntário ao Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF), cuja probabilidade de perda classificada por seus assessores jurídicos é remota em relação à diferença entre os valores lançados pelo auto de infração e aquele decorrente de suposto cálculo de postergação, e perda possível (valor não quantificado), com tendência a perda remota para os valores calculados pelo critério da postergação. Não há valores mencionados, pois atualmente aguarda-se julgamento junto ao CARF.

(iii) Outras

Substancialmente representado por valores a pagar à instituição Sorocred Meios de Pagamento Ltda., proveniente de repasse a lojistas.

## 15. Patrimônio Líquido

### a) Capital social

O capital social da Instituição subscrito e totalmente integralizado em 31 de dezembro de 2017 está representado por 24.862.156 ações ordinárias nominativas (22.945.330 em 2016), sem valor nominal.

### b) Destinações

O estatuto social prevê que do lucro líquido apurado em cada balanço serão destinados:

- 5% para o fundo de reserva legal até atingir 20% do capital social;
- 25% para dividendos aos acionistas, por determinação dos seus acionistas.



SOROCRED - CRÉDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016  
(Em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

c) Juros sobre o capital próprio

	2017	2016
Juros sobre o capital próprio	3.234	2.255
IRRF sobre JCP (15%)	(485)	(338)
( = ) Saldo final	<u>2.749</u>	<u>1.917</u>

16. Receitas de prestação de serviços

	2017	2016
Tarifas de cadastro	5.205	3.594
Anuidade cartão de crédito	25.819	11.987
Tarifas de administração de afiliados	5.888	4.644
Tarifa limite extra	5.819	3.031
Comissão de venda de seguros	2.846	1.503
Tarifas de serviços baixa online	1.933	821
Tarifas de vistoria	-	15
Diversas	1.528	587
Total	<u>49.038</u>	<u>26.182</u>

17. Outras despesas administrativas

	2017	2016
Propaganda e publicidade	(28)	(9)
Comunicações	(6.488)	(3.303)
Manutenção e conservação de bens	(62)	(83)
Água, luz e energia	(215)	(291)
Aluguéis	(384)	(729)
Processamento de dados	(9.648)	(4.430)
Promoções e relações públicas	(350)	(214)
Seguros	(10)	(19)
Serviços de sistema financeiro	(7.878)	(3.194)
Serviços de terceiros	(42.693)	(21.840)
Serviços especializados	(1.699)	(2.499)
Transportes	(32)	(51)
Viagens e estadias	(266)	(377)
Depreciação e amortização	(346)	(334)
Outras provisões	(11.749)	(5.431)
Total	<u>(81.848)</u>	<u>(42.804)</u>

18. Despesas tributárias

	2017	2016
COFINS	(9.595)	(6.050)
PIS	(1.559)	(983)
Outros	(9)	(19)
Despesas estaduais	(7)	(7)
Despesas municipais	(1.251)	(649)
Total	<u>(12.421)</u>	<u>(7.708)</u>

SOROCRED - CRÉDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016  
(Em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

19. Outras receitas operacionais

	2017	2016
Recuperação de encargos e despesas	1.650	557
Descontos de antecipação	3.350	2.288
Locação de bens imóveis	50	33
Reversão de provisões operacionais	3.082	132
Diversas	3.462	2.272
<b>Total</b>	<b>11.594</b>	<b>5.282</b>

20. Outras despesas operacionais

	2017	2016
Perdas contingenciais	(598)	(140)
Comissões a correspondentes	(6.072)	(5.365)
Perdas decorrentes de fraude	(17)	(40)
Despesas com vistoria de veículos	-	(11)
Diversas	(3.761)	(1.609)
<b>Total</b>	<b>(10.448)</b>	<b>(7.165)</b>

21. Imposto de Renda e Contribuição Social

A reconciliação do Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre o lucro líquido com efeito no resultado do período, considerando as principais movimentações ocorridas pode ser assim demonstrada:

a) Demonstração do cálculo dos encargos com IRPJ - Imposto de Renda da Pessoa Jurídica e CSLL- Contribuição Social Sobre o Lucro.

	2017	2016
Resultado antes do IRPJ e da CSLL e Juros sobre Capital Próprio.	4.218	3.437
( - ) Juros sobre o capital próprio	(3.234)	(2.255)
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro Ajustado.	984	1.182
<b>Adições.</b>		
Provisões Temporárias	74.021	62.622
Provisões Permanentes	851	1.918
<b>Total das Adições</b>	<b>74.872</b>	<b>64.540</b>
<b>Exclusões.</b>		
Provisões Temporárias	(94.415)	(42.750)
Provisões Permanentes	-	(206)
<b>Total das Exclusões</b>	<b>(94.415)</b>	<b>(42.956)</b>
<b>Base de Cálculo do IRPJ e da CSLL.</b>	<b>(18.559)</b>	<b>22.766</b>
IRPJ e CSLL calculados às alíquotas vigentes	-	(10.134)
Constituição/Reversão Crédito Tributário sobre Diferenças Temporárias	(9.177)	9.529
Constituição de Créd. Tributário sobre Prejuízo Fiscal	8.352	-
Reversão de Créd. Tributários s/ Dif. Temporárias de períodos anteriores.	(42)	-
<b>Despesa do IRPJ e da CSLL do Exercício</b>	<b>(18.559)</b>	<b>22.766</b>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016  
(Em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

- b) IRPJ e CSLL diferidos sobre Adições e Exclusões Temporárias e Prejuízo Fiscal.

Os créditos Tributários oriundos de diferenças temporárias e prejuízo fiscal, assim como as obrigações fiscais diferidas, foram constituídos com base nos critérios estabelecidos pelas Resoluções BACEN nºs 3.059/02 e 3.355/06, cujo reconhecimento deve atender de forma cumulativa, as seguintes condições: (i) apresentação de histórico de lucros ou receitas tributáveis para fins de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, comprovado pela ocorrência dessas situações em, pelo menos, três dos últimos cinco exercícios sociais, período esse que deve incluir o exercício em referência; e (ii) expectativa de geração de lucros ou receitas tributáveis futuros para fins de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, em períodos subsequentes, baseada em estudo técnico interno que demonstre a probabilidade de ocorrência de obrigações futuras com impostos e contribuições que permitam a realização do crédito tributário no prazo máximo de dez anos.

- c) Origem dos créditos tributários e das obrigações fiscais diferidas:

2017

Créditos Tributários	Saldo			
	31/12/2016	Constituição	Realização	31/12/2017
Provisões de Perdas em Operações de Crédito	20.285	32.050	(40.191)	12.144
Provisões para Contingências	116	212	(29)	299
Prejuízo Fiscal e Base Negativa CSLL	-	8.351	-	8.351
Outras Adições Temporárias	1.652	1.047	(2.266)	433
<b>Total dos Créditos Tributários</b>	<b>22.053</b>	<b>41.660</b>	<b>(42.486)</b>	<b>21.227</b>

Os créditos são registrados por seus valores nominais e serão revertidos, conforme suas exclusões no cálculo do resultado tributável em períodos futuros, quando os valores contábeis dos ativos forem recuperados ou liquidados.

- d) Previsão de realização dos créditos tributários:

Prazo de Realização	Diferenças Temporárias		
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Total Crédito
2018	1.431	1.144	2.575
2018	1.431	1.144	2.575
2018	1.431	1.144	2.575
2018	1.431	1.144	2.575
2018	1.431	1.145	2.576
<b>TOTAL</b>	<b>7.155</b>	<b>5.721</b>	<b>12.876</b>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016  
(Em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

Prazo de Realização	Prejuízo Fiscal		Total Crédito
	Imposto de Renda	Contribuição Social	
2018	928	742	1.670
2018	928	742	1.670
2018	928	742	1.670
2018	928	742	1.670
2018	928	743	1.671
TOTAL	4.640	3.711	8.351

O valor presente do total de créditos tributários constituído em 31 de dezembro de 2017 é de R\$ 9.234 (R\$ 18.860 em 2016) para as diferenças temporárias e de R\$ 5.989 para os prejuízos fiscais, os quais foram calculados com base na expectativa de realização descontadas pela taxa média de captação da Instituição, projetada para os períodos correspondentes. As projeções de lucros que possibilitam a geração de base de cálculo tributável incluem a consideração de premissas macroeconômicas, taxas de juros, estimativa de novas operações financeiras e de Cartões de Crédito, entre outras, e que podem variar em relação a dados e valores efetivos.

## 22. Partes relacionadas

A Administração da Instituição possui transações com partes relacionadas, as quais são efetuadas a preços e condições de mercado, no que se refere a prazos de vencimento e taxas de remuneração pactuadas, considerando a ausência de risco. Essas transações referem-se, principalmente, a prestação de serviços, conforme demonstrado a seguir:

### 22.1. Transações com partes relacionadas

	2017	2016
Ativo circulante/receitas		
Sorocred meios de Pagamentos a receber	-	3
Receita de repasse	3.350	3.088
Passivo circulante/(despesas)		
Convênio a pagar - Sorocred Meios de Pagamentos (i)	76.061	69.440
Scard - Cobranças Extrajudiciais Ltda. (ii)	-	127
Despesas S@net	(4.683)	(2.677)
Despesas Scard	(14.601)	(7.315)
Despesas Alphamoney Promotora (iii)	(19.545)	(8.916)

- (i) Corresponde às transações de cartões de crédito de clientes a serem repassadas à Sorocred Meios de Pagamentos;
- (ii) Correspondem aos serviços de cobrança das operações de crédito e cartões;
- (iii) Correspondem aos serviços de promotoria, backoffice e formalização das operações de crédito e cartões.

## 22.2. Remuneração dos administradores

Os administradores da Instituição são remunerados por meio de salários e registrados sob regime CLT, que estão apresentados na rubrica “Despesas de pessoal”, no resultado do período.

O salário atribuído no exercício ao pessoal-chave da Administração corresponde a R\$1.079 (R\$ 463 em 2016).

A Administração da Instituição não possui planos de benefício pós-emprego, benefícios de rescisão de contrato, outros benefícios de longo prazo ou remuneração baseada em ações para a diretoria e administração.

## 23. Gestão de risco

Os principais riscos relacionados aos instrumentos financeiros são risco de crédito, de mercado e de liquidez a seguir definidos:

- Risco de crédito: possibilidade de ocorrência de perdas para a Instituição, associadas ao não cumprimento pela contraparte de empréstimo ou operação financeira, de suas obrigações nos termos pactuados;
- Risco de mercado: relacionado às flutuações de preços e taxas, ou seja, às oscilações de mercados de taxas de juros dentro do País, que geram reflexos nos preços dos ativos e passivos negociados nos mercados;
- Risco de liquidez: relacionado ao descasamento de fluxos financeiros de ativos e passivos, com reflexos sobre a capacidade financeira da Instituição em obter recursos para honrar seus compromissos.

As informações relativas à gestão de riscos, ao Patrimônio de Referência Exigido (PRE), de que trata a Resolução CMN nº 3.490/2007, e à adequação do Patrimônio de Referência (PR), definido nos termos da Resolução CMN nº 3.444/2007, bem como os respectivos relatórios de riscos, encontram-se à disposição dos interessados em nosso sítio institucional [www.sorocred.com.br](http://www.sorocred.com.br), conforme disposições publicadas na Circular nº 3.477/2009 do BACEN.

O gerenciamento desses riscos é efetuado por meio de controles que permitem o acompanhamento diário das operações, quanto às diretrizes e aos limites estabelecidos pela Administração, sendo que não estão previstas em suas políticas operações que não objetivem “hedge” de suas posições ativas e passivas.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a Instituição considerou como aceitável a exposição dos riscos e não contratou operações com instrumentos financeiros derivativos.

## 24. Outras informações

### 24.1. Índice da Basiléia

A Instituição encontra-se enquadrada nos limites mínimos de capital realizado e patrimônio líquido, requeridos pela Resolução nº 2.099/1994 do Banco Central do Brasil (BACEN), que versa sobre o Acordo de Basiléia e atualizada com o Novo Acordo de Capital (Basiléia II), cuja apuração do patrimônio líquido de referência e do patrimônio de referência exigido foi alterada pelas Resoluções nº 3.444/2007 e 3.490/2007 do Banco Central do Brasil (BACEN). Dentro deste contexto regulamentar em que a Instituição está inserida, deve-se manter um patrimônio líquido compatível com o grau de risco de seus ativos ponderados por fatores, que variam de 0% a 300%, e um índice mínimo de 9,875% de patrimônio, em relação aos ativos ponderados pelo risco. Este índice em 31 de dezembro de 2017 apresentou nível de 12,86% (13,26% em dezembro de 2016).

### 24.2. Outros serviços prestados pelos auditores independentes

Informamos que a Empresa contratada para auditoria das demonstrações contábeis da Instituição não prestou no período outros serviços que não sejam de auditoria externa. A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com os critérios internacionalmente aceitos, nos quais o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho e nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover o interesse deste.

### 24.3. Eventos subsequentes

Não ocorreram eventos subsequentes após a data de encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2017.